

# A primeira pedra

IGNACIO DE ARAGÃO

24 JAN 1994

Foi um espetáculo romano do começo da era cristã o que começou sexta-feira no Congresso, com a leitura do alentado relatório da CPI do Orçamento, um farto volume de centenas de páginas elaborado pelo relator-geral deputado Roberto Magalhães, de primeiro mandato, eminente figura pernambucana, ex-governador de seu estado, com fama de íntegro, competente e intransigente até por demais. Por esse relatório, que a esta altura já deve ter entrado para a lista dos "best sellers", o relator-geral indicou à cassação os mandatos de quase uma vintena de parlamentares, dentre os quais figuras, até há bem pouco tempo, tidas, havidas e respeitadas como das mais importantes do Congresso.

A acusação, que instruiu o indiciamento, foi a falta de decoro parlamentar consistente, principalmente, no uso abusivo dos dinheiros do contribuinte, confiados ao Estado, feito através de manobras marotas e indecentes no Orçamento da União, elaborado e posto em prática pelo Legislativo e pelo Executivo, supostamente no interesse do povo. Temos, pois, como preliminar inafastável, que a vítima do furto foi o povo, mercê da negligência de seus prepostos, o Executivo e o Legislativo.

Mais estranhável, ainda, é que tudo tenha começado com um fato extra-muros do Congresso, de fora da sede parlamentar: a denúncia de um apaniguado dos corruptos. Embrulhado em camisa de 11 varas, na sua complicada vida particular, o apaniguado decidiu jogar uma bomba de muitos megatons em Brasília, para sair do foco e da mídia privilegiados, outros que tomassem o seu lugar. E aí começou a inana. Se estivesse nos Estados Unidos, ele negociaria com o promotor a troca da bomba pelo perdão dos seus crimes. Porém, de qualquer forma, ele ainda haverá de invocar, em seu benefício, o "relevante serviço" prestado ao País.

Os grandes expoentes da investigação da CPI foram os "barbudinhos" da esquerda, comandados pelo senador Bisol, um ex-desembargador gaúcho que se aposentou aos 23 anos de magistratura, em seguida deixou os códigos e passou

a ser cronista esportivo, apresentador e diretor de programa de TV, terminou deputado estadual. Em 1986, chegou ao Senado para seu atual mandato. Logo, um homem experiente, passado na cinza. Como ele, que vara por sete anos, há muitos outros, no Congresso, com muitos e sucessivos mandatos renovados. Ao instalar-se a presente legislatura, dos 503 deputados federais, 201 eram empresários, 89 advogados, 34 médicos, 27 economistas, 25 sindicalistas, 26 engenheiros, 24 professores e o resto distribuído por 17 outras profissões. Tudo, portanto, gente da mais alta qualificação.

O espantoso, no caso, portanto, é que, durante tantos anos, aqueles 503 deputados presumidamente qualificados e experientes, entre eles os 35 do PT e o diligente senador Sulpicy, que veio a revelar-se um émulo do inspetor Poirot, não tenham percebido, nem desconfiado, nem denunciado, aos órgãos competentes do Congresso, do Executivo, do Judiciário, da polícia e à imprensa, as falcatruas que ali se praticavam à solta e à luz do dia! E, enquanto eles se divertiam nas suas omissões, nosso rico dinheirinho ia, já pintado de verde, para o bolso dos espertos. É muito bom que o Congresso casse os que foram apanhados com a mão na ratoeira, pelo menos para que respondam ao povo essa perturbadora pergunta: "O que fizestes do meu voto?". Mas, não se perca de vista que falta de decoro parlamentar não é só furto do Orçamento, dar carteirinha de assessor a traficante ou ganhar dinheiro para mudar de partido. É muito mais. Falta ao decoro o Congresso que não zela pela coisa pública que lhe foi confiada pelo povo e não fiscaliza o comportamento e a atuação de seus prepostos que decidem sobre o dinheiro público nas comissões permanentes.

Não adianta prosseguir em investigações, se são os pecadores que estão atirando a primeira pedra, pois também eles foram culpados e culpa não tem grau, ou é, ou não é. O melhor seria convocar os 503 suplentes da Câmara e os 82 do Senado para terminar a legislatura. Eles foram eleitos para ser chamados. Talvez fosse mais limpo.

■ *Ignacio de Aragão é advogado e jornalista*